



AOS POLÍCIAS MUNICIPAIS

FALTARAM RESPOSTAS CONCRETAS ÀS NOSSAS REIVINDICAÇÕES MAS HOVE COMPROMISSOS ÁSSUMIDOS

A Secretária de Estado Adjunto e da Administração Interna e o Secretário de Estado da Administração Local, comprometeram-se em ter uma posição sobre a nossa proposta de revisão da carreira, do estatuto e a atribuição do suplemento remuneratório, no prazo máximo de três meses. Este compromisso foi assumido, no passado dia 20 de Fevereiro, em reunião entre aqueles Secretários de Estado e a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, que havia sido solicitada em finais de Janeiro.

Exigimos que o Governo valorize a carreira de polícia municipal, enquanto carreira especial, considerando que as funções desempenhadas pelos elementos dos diversos corpos, são iguais às dos polícias municipais de Lisboa e Porto que, para além de auferirem os vencimentos da carreira da PSP, ainda recebem um suplemento remuneratório. Este tratamento discriminatório não pode continuar!

Da reunião, resultou igualmente o compromisso da SEAAI em colher informações sobre a correspondência entre as competências legalmente fixadas e a realidade existente e consequentemente em proceder à sua análise e eventual precisão. Esta questão foi por nós colocada face à denúncia de casos de imposição de funções de segurança pública aos polícias municipais, em substituição da actuação das forças de segurança.

A SEAAI aceitou ainda tomar as diligências necessárias para avaliar a adequação do calibre da arma atribuída aos polícias municipais, às funções exercidas. Reafirmámos que a actual arma não é adequada, não salvaguarda a segurança dos próprios e terceiros e por conseguinte, requer substituição. Denunciámos o incumprimento, por parte de vários municípios, do prazo para a atribuição dos novos uniformes e outro equipamento individual, fixado no Regulamento de Uniformes aprovado em 2015.

Ainda que o Poder Local tenha autonomia, não significando que haja municípios que desrespeitem a lei e violem os direitos dos polícias municipais (designadamente quanto às funções que lhes estão atribuídas e às condições de trabalho), alertámos para a necessidade para ambas as Tutelas procederem à avaliação do comportamento das autarquias que têm corpos de polícia municipal, no que toca ao cumprimento do estatuto e do regulamento de uniformes e outro equipamento.

Ainda que tenham sido assumidos alguns compromissos, por parte dos dois membros do Governo e que exigimos que sejam concretizados, não foram apresentadas quaisquer propostas que dêem respostas às exigências colocadas em 2016, altura em que entregámos a Proposta Reivindicativa e o Anexo de Valorização da Carreira e de Atribuição do Suplemento.

A continuação desta postura por parte do Governo - e a exemplo do que aconteceu com governos anteriores -, exige da parte dos polícias municipais a necessária disponibilidade para lutar pelas reivindicações apresentadas.

A Luta é o Caminho!

MOBILIZA E PARTICIPA NA MANIFESTAÇÃO NACIONAL DE SINDICATOS DA FRENTE COMUM DE SINDICATOS NO PRÓXIMO DIA 16 DE MARÇO. MANTÉM-TE INFORMADO!

Março/2018
FNSTFPS



Sindicato dos Trabalhadores em
Funções Públicas e Sociais do Norte

Rua Vasco de Lobeira, 47/51
4249-009 Porto

tel 225574060
fax 225507257
email geral.porto@stfpsn.pt
site www.stfpsn.pt